8 • Correio Braziliense • Brasília, sábado, 30 de agosto de 2025

ARGENTINA

Escândalo se agrava e Milei blinda a irmã

Justiça ordena buscas a escritórios da Agência Nacional de Deficiência (Andis) e de drogaria, em investigação sobre caso de suborno que envolve Karina Milei. Nova gravação de áudio cita "cheiro podre" em torno da secretária-geral da Presidência

» RODRIGO CRAVEIRO

ovas gravações vazadas pela imprensa de Buenos Aires complicam a situação de Karina Milei, irmã do presidente Javier Milei e secretária-geral da Presidência da Argentina. "O problema... Karina ainda não teve confusão. Porque as pessoas não gostam dela. Mas, além disso, tem um... tipo... um cheiro podre em volta dela", afirma uma voz atribuída a Diego Spagnuolo, ex-diretor da Agência Nacional de Deficiência (Andis), no áudio divulgado pela emissora A24.

Em uma gravação anterior, que custou sua demissão, na madrugada de quinta-feira, Spagnuolo revela que Karina recebeu suborno, ao embolsar parte das compras da Andis junto à drogaria Suizo Argentina — a qual distribui medicamentos para as pessoas com deficiência. "A Karina recebe 3%, e 1% vai na operação", diz Spagnuolo, que garante ter avisado o presidente sobre o suposto esquema.

Em novo áudio, gravado durante uma reunião, Karina não menciona diretamente o suborno, mas recomenda: "Não vamos brigar, temos que estar unidos". A Justiça fez buscas, ontem, em escritórios da Andis e da Suizo Argentina. Desde a semana passada, a polícia realizou mais de 20 operações semelhantes e confiscou celulares.

O nome de Javier Milei aparece em um terceiro áudio. Atribuído a Spagnuolo, ele indica um encontro entre o então diretor da Andis e o presidente. "Estive com Javier no domingo, entre a ópera e o almoço, que tivemos depois. O telefone dele nunca toca! Ele é o presidente, e o telefone nunca toca. Javier não delega: ele ignora. O telefone dele nunca toca em três horas", afirma Spagnuolo na gravação.

Fuga com dinheiro

O empresário Eduardo Kovalivker, um dos proprietários da drogaria Suizo Argentina, entregou o celular às autoridades. Ele chegou ao Ministério Público acompanhado



Jornalistas aguardam do lado de fora da sede da Agência Nacional de Deficiência (Andis), durante revista de policiais, em Buenos Aires

do advogado e, segundo o jornal La Nación, mostrou-se confiante em que a investigação judicial resolverá o "escândalo midiático em torno de uma empresa que está em ordem". Um dos mandados de busca contemplou um endereço de Kovalivker, onde a polícia flagrou o seu irmão Emmanuel tentando escapar com US\$ 266 mil (ou R\$ 1,4 milhão) em envelopes.

Apesar da imensa repercussão na sociedade e nas redes sociais da Argentina, Karina Milei tem preferido o silêncio. A única demonstração da irmã do presidente envolveu a republicação, na rede social X, de um comunicado de Eduardo "Lule" Menem (braço direito de Karina e sobrinho do ex-presidente Carlos Menem), suspeito de participação no esquema de suborno.



"Nunca imaginei ter que desmentir publicamente uma operação política grosseira do kirchnerismo, à qual alguns veículos de comunicação, líderes e jornalistas

se uniram para tentar manchar a honestidade e a imagem de um governo. (...) Não posso falar nem afirmar nada sobre a autenticidade ou não das gravações de áudio que Milei e Karina participam de caravana, em Lomas de Zamora, pouco antes das pedradas, na quarta-feira

circulam, mas posso garantir a total falsidade de seu conteúdo", es-

creveu Menem. A mais recente publicação de Karina no X foi em 18 de agosto. Javier Milei rejeitou as acusações contra a irmã. "Tudo o que (Spagnuolo) diz é mentira, vamos levá-lo à Justiça e provar que ele mentiu", declarou na quarta-feira, durante caravana em que manifestantes jogaram pedras contra sua comitiva, em Lomas de Zamora, a 20km de Buenos Aires. Milei, Karina e o deputado José Luis Espert, candidato nas

eleições legislativas de 26 de outubro, foram obrigados a abandonar o local às pressas.

No dia seguinte, o presidente aproveitou um almoço organizado pelo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CI-CyP), em Buenos Aires, para responsabilizar o kirchnerismo pelo ataque a pedradas e por uma "campanha difamatória" — uma referência à divulgação dos áudios envolvendo Karina. O porta-voz da Casa Rosada, Manuel Adorni, disse ontem que, "se os áudios forem verdadeiros, estamos ante um escândalo sem precedentes". "Seria a primeira vez na história que se grava a um funcionário dentro da Casa Rosada."

Miguel de Luca, professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires (UBA), lembrou ao Correio que fontes asseguram a existência de várias horas de áudios sobre o escândalo, muitos não difundidos. "Essa novidade agrava a crise e repercute negativamente sobre o governo", admitiu ao Correio. "A crise piora porque o governo não consegue dar uma resposta satisfatória que o isente de responsabilidade. Pelo contrário, ao demitir Spagnuolo, ele admite seu envolvimento na corrupção."

Protecão

Doutora em ciência política e professora da UBA e da Universidad Nacional de Litoral (em Santa Fe), Fanny Maidana disse à reportagem que o governo Milei adotou claramente a estratégia de proteger Karina. "Não acredito que Milei cederá e deixará de apoiar a irmã. Ela está muito bem blindada. Inclusive, Menem deu declarações e se expôs", comentou. "Houve um incidente com ela na província de Corrientes, que escolherá o novo governador neste fim de semana. Ontem (quinta-feira), Karina não pôde sair às ruas para a campanha e teve que deixar o local. Mas, ainda não sabemos se o escândalo surtirá forte impacto nas eleições legislativas de 26 de outubro."

Conexão diplomática



POR SILVIO QUEIROZ silvioqueiroz.df@gmail.com

Laços com Israel estão por um fio

Tendem a se redobrar as pressões do setor mais à esquerda no campo governista pelo rompimento de relacões diplomáticas com Israel. A crise com o governo do premiê Benjamin Netanyahu tem origem na resposta militar ao ataque do movimento palestino Hamas, em 7 de outubro de 2023, com saldo de 1.300 mortos. Desde então, o revide israelense fez mais de 60 mil mortos na Faixa de Gaza, na maioria civis, e tem sido classificado pelo presidente Lula, repetidamente, como genocídio.

O último lance na troca de críticas partiu do ministro israelense da Defesa, Israel Katz. Em postagem em rede social, ele apontou Lula como "antissemita e apoiador do Hamas". Condenou a saída do Brasil de uma organização dedicada à memória do Holocausto nazista e adicionou uma ilustração de inteligência artificial que mostra o presidente brasileiro como marionete do aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do Irã.

A reação inicial do Itamaraty foi uma nota na qual repudia as "inverdades e grosserias" de Katz. O texto sugere a ele que investigue o bombardeio a um hospital de Gaza que matou 20 civis, entre eles cinco jornalistas.

Segunda divisão

A postagem do ministro israelense se seguiu a um comunicado da chancelaria sobre a retirada do pedido de agrément para o substituto indicado para a embaixada de Israel em Brasília. Com a partida recente do titular, passa a responder pela representação um encarregado de negócios — um diplomata de menor escalão, com menor envergadura (inclusive, funcional) para conduzir as relações bilaterais.

O anúncio israelense define o "rebaixamento" dos laços, embora o status já

fosse esse da parte do Brasil, que retirou seu embaixador de Tel Aviv no início de 2024. Na ocasião, o mesmo Katz, então chanceler, havia convocado o representante brasileiro para uma reprimenda, pelo fato de Lula ter comparado as ações em Gaza ao extermínio de judeus na Alemanha nazista.

A praxe diplomática recomenda que essa medida seja aplicada reservadamente, e que cada lado decida sobre eventual informação. Katz, porém, repreendeu o embaixador em público, no Museu do Holocausto, diante da imprensa. E proclamou Lula persona non grata em Israel.

Meia-palavra basta

Em comentário sobre o novo movimento de Israel, o assessor especial do Planalto, Celso Amorim, lembrou a "humilhação" imposta ao embaixador Frederico Meyer e voltou a condenar o

"genocídio" em Gaza. Esclareceu que o governo brasileiro "não rejeitou" o agrément ao embaixador indicado, "apenas não respondeu". E arrematou: "Eles entenderam e retiraram (o pedido)".

Pior sem

O próprio Amorim, que chefiou o Itamaraty nos primeiros dois mandatos de Lula, é uma das vozes mais reticentes ao rompimento diplomático. Entre os argumentos pela manutenção da embaixada aberta em Tel Aviv, ele lembra o papel desempenhado pelo embaixador para garantir a retirada de cidadãos brasileiros e parentes residentes em Gaza, na fase inicial da ofensiva israelense.

Entre um passo e outro no rebaixamento das relações, sucedem-se não apenas notas e declarações, mas iniciativas capazes de produzir uma escalada. No final de julho, durante uma conferência da ONU sobre o estabelecimento do Estado palestino, o chanceler Mauro Vieira oficializou a adesão do Brasil como parte na ação em que a África do Sul acusa Israel de genocídio, perante a Corte Internacional de Justiça.

Gangorra

As relações entre Brasil e Israel passam por altos e baixos desde o primeiro mandato presidencial de Lula, que investiu na aproximação com os países árabes e o Irã. Em 2010, dias antes de passar a faixa para Dilma Rousseff, o presidente reconheceu a soberania do Estado palestino sobre Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Em 2014, Dilma chamou para consultas o embaixador em Tel Aviv em meio a uma pesada ofensiva militar contra Gaza.

Os dois países ficaram sem embaixadores até o impeachment da presidente e a ascensão de Michel Temer. A reaproximação ganhou impulso com Jair Bolsonaro, que chegou a acenar com a transferência da embaixada brasileira para Jerusalém. A mudança significaria o reconhecimento da soberania israelense sobre toda a cidade — algo que é rejeitado pela quase totalidade da comunidade internacional.